ENTRE DESAFIOS E POTENCIALIDADES: A INOVAÇÃO SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFSC

DANIELA APª. WALCANAIA,MSc[1];
HELENA KUERTEN DE SALLES, DRª.[2]

[1]*Universidade Federal de Santa Catarina – daniela_walcanaia@hotmail.com*
[2]*Universidade Federal de Santa Catarina – helenaksalles@gmail.com*

Resumo

Este estudo analisou como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) fomenta a inovação social por meio da extensão universitária. Fundamentada na perspectiva democrática da inovação social, a pesquisa utilizou abordagem qualitativa e estudo de caso, com análise documental, observação não participante e entrevistas com coordenadores de projetos de extensão. Os resultados mostram que, embora a UFSC desenvolva iniciativas relevantes de impacto social, persistem entraves institucionais relacionados à burocracia, infraestrutura, financiamento e reconhecimento da extensão frente à pesquisa. Também foram identificadas fragilidades na articulação entre projetos e na existência de políticas institucionais voltadas à inovação social. O estudo evidencia o papel estratégico das universidades públicas nos ecossistemas de inovação social e a necessidade de maior apoio institucional às ações extensionistas.

Palavras-chave: Inovação social. Extensão universitária. Universidade Federal de Santa Catarina. Ecossistema de inovação social. Suporte institucional.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo parte da discussão sobre Inovação Social (IS) e da compreensão da universidade como um ator estratégico nos Ecossistemas de Inovação Social (EIS), principalmente no que se refere à promoção e ao fortalecimento dessas iniciativas. Cumpre observar que a literatura sobre inovação social ainda se encontra em consolidação (Wittmayer *et al.*, 2017). Trata-se de um conceito em disputa, que carrega em si diferentes projetos de sociedade: "a inovação social não é um termo neutro, é um projeto de sociedade que se disputa" (Roschel, Salles e Barcelos, 2024, p. 15).

Nesse sentido, analisar a atuação de universidades no campo da IS significa investigar como esses atores institucionais impulsionam (ou limitam) a emergência de soluções transformadoras para problemas sociais complexos. Embora as iniciativas de IS muitas vezes se originam na sociedade civil, seu desenvolvimento também depende do suporte de organizações intermediárias (como as universidades) que criam condições para sua consolidação (Andion *et al*., 2016). As universidades públicas, em particular, exercem papel fundamental na articulação entre conhecimento científico e transformação social (Forproex, 2012). É nesse espaço que se incentivam processos criativos e investigativos com potencial de produzir impactos relevantes na sociedade.

Nesse contexto, a extensão universitária configura-se como um importante instrumento de aproximação entre o conhecimento acadêmico e as demandas da sociedade. Por meio dela, a universidade fortalece sua relação com a comunidade e amplia sua atuação enquanto agente de transformação social. Assim, compreender como ocorre o fomento à inovação social nas universidades públicas torna-se fundamental para avaliar o cumprimento de sua função social. Com base nessa perspectiva, este estudo investiga, a partir da realidade institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da percepção de coordenadores de ações extensionistas, de que maneira a universidade tem promovido a inovação social.

A investigação é orientada pela seguinte questão de pesquisa: de que maneira a universidade promove a inovação social por meio das ações de extensão universitária? Mais do que analisar um caso específico, este estudo busca contribuir para o debate sobre o papel das universidades públicas nos ecossistemas de inovação social, considerando os desafios institucionais que limitam ou potencializam sua atuação. O artigo está organizado em quatro partes principais. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico sobre inovação social e o papel da universidade. Na sequência, são expostos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Posteriormente, discutem-se os principais resultados e análises empíricas do estudo. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 Trajetória histórica e perspectivas da inovação social

A origem do conceito de inovação social remonta à Antiguidade, embora sua maior projeção tenha ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, período em que passou a ser associado a projetos políticos e ideológicos frequentemente considerados subversivos. Na França, o termo passou a integrar o debate público, sendo relacionado tanto ao socialismo quanto às propostas de reforma social. Até o final do século XIX, a inovação social ainda era marcada por uma conotação negativa, sendo vista como uma ameaça à ordem social vigente. “O significado do termo originalmente parece ter sido mais ou menos equiparado ao socialismo [...]” (Moulaert e Maccallum, 2019, p.33, tradução nossa).

Com o avanço da industrialização e da urbanização, a inovação social começou a ser ressignificada, passando a incorporar ideias de reforma institucional e resposta às desigualdades geradas pelo progresso econômico. No século XX, o termo assumiu contornos mais positivos, vinculando-se à mudança social e à busca de soluções para problemas complexos como desigualdades e degradação ambiental. Os autores afirmam que nesse período a inovação social era usada de forma neutra e com base na realidade atual, como “[...] sentido positivo de reforma social e institucional para conter os impactos sociais negativos da urbanização e das formas exploratórias de industrialização do capital” (Moulaert e Maccallum, 2019, p. 3, tradução nossa).

A guinada conceitual se intensifica a partir da década de 1960, impulsionada por movimentos sociais que reivindicavam democracia, justiça e participação. Nesse contexto, a inovação social passa a ser entendida como um fenômeno inclusivo e relacional, baseado em modelos cooperativos e alternativos ao sistema dominante.

James B. Taylor (1970) foi um dos primeiros a propor uma definição sistematizada do termo, vinculando-o à reconfiguração de práticas sociais com foco na sua aplicabilidade e impacto. Para o autor faz-se necessário a inserção de cinco princípios para que a inovação social seja exitosa: [...] (a) o princípio do investimento máximo, (b) o princípio da cooptação, (c) o princípio da responsabilidade igualitária, (d) o princípio da pesquisa como jogo criativo e (e) o princípio da liderança ideológica da pesquisa” (Taylor, 1970, p.69, tradução nossa).

Entre as décadas de 1970 e o início dos anos 2000, a inovação social transitou entre interpretações conservadoras, que ainda a vinculavam ao radicalismo, e abordagens progressistas, que passaram a reconhecê-la como um instrumento de transformação social. A partir dos anos 2000, o conceito ganhou maior visibilidade internacional, sendo incorporado a políticas públicas e estratégias institucionais, especialmente por seu potencial de mobilização coletiva e promoção de mudanças sociais.Esse percurso histórico contribuiu para consolidar a inovação social como um campo multidisciplinar, caracterizado pela diversidade de abordagens e concepções teóricas. (Godin, 2012).

James B. Taylor (1970), um autor seminal, concebe a inovação social como a criação de respostas inéditas a problemas sociais como fome ou desigualdade, destacando a importância da utilidade e da possibilidade de aplicação dessas soluções. Para ele, inovar socialmente significava fazer algo de maneira diferente, com foco na ação prática e no benefício coletivo. Já Cloutier (2003) amplia essa compreensão ao afirmar que o foco da Inovação Social está no empoderamento dos indivíduos e na transformação das condições sociais por meio do conhecimento e da articulação coletiva. Cloutier (2003) acrescenta que a IS é representada por soluções de problemas não resolvidos por outras esferas e que a IS "[...] tendo em conta os interesses dos indivíduos [...]" (Cloutier, 2003, p.41, tradução nossa).

Essas diferentes compreensões do conceito, são reflexo das distintas correntes de pensamento do campo. Montgomery (2016) sinaliza duas corrente principais: a perspectiva tecnocrática e a perspectiva democrática de inovação social. A perspectiva tecnocrática, originada na literatura anglo-americana por volta da década de 1980, está voltada ao desenvolvimento social (especialmente no Sul Global) por meio de iniciativas como empresas sociais, filantropia e soluções de mercado para problemas sociais. Influenciada por uma abordagem neo-schumpeteriana, essa visão entende a inovação social como um instrumento funcional para otimizar serviços públicos, promover eficiência e responder a demandas sociais urgentes. Sob a ótica de Montgomery (2016), a perspectiva tecnocrática da inovação social significa "uma ênfase positiva na construção de capital humano e social, até mesmo no empoderamento da comunidade" (Montgomery, 2016, p. 1988, tradução nossa).

Nessa perspectiva, valoriza-se o conhecimento técnico especializado, a atuação do empreendedor social e o fortalecimento do capital humano em um contexto orientado pela lógica competitiva. A inovação social passa a ser entendida como uma solução prática, replicável e eficiente para enfrentar problemas sociais específicos, embora mantenha um caráter mais instrumental e pouco voltado à problematização das estruturas sociais existentes. Em contraposição, a perspectiva democrática compreende a inovação social como um processo deliberado de transformação social, fundamentado na participação coletiva de diferentes atores e na redefinição das relações de poder.

Moulaert (2005) destaca que para alcançar os objetivos sob a lente da perspectiva democrática, deve-se considerar os objetivos emancipatórios, pois estes promovem os atores que atuam na perspectiva democrática. Seu objetivo é combater a exclusão social e reintegrar a equidade às dinâmicas econômicas e institucionais, por meio da criação de espaços nos quais grupos historicamente marginalizados possam ter voz ativa. Essa abordagem valoriza a produção coletiva do conhecimento, a horizontalidade nas relações e o fortalecimento de competências sociopolíticas por parte dos sujeitos envolvidos.

Nessa perspectiva, a inovação social vai além da criação de soluções inéditas, envolvendo também o surgimento de novas práticas sociais capazes de promover mudanças duradouras nas formas de organização e nas estruturas institucionais. Essas transformações resultam da interação e colaboração entre diferentes atores, interesses e lógicas de atuação. Entre os agentes que contribuem para o fortalecimento da inovação social, a universidade

ocupa posição de destaque, especialmente por meio da extensão universitária, espaço em que exerce de forma mais direta sua função social. No contexto das universidades brasileiras, Gadotti (2017) menciona a extensão "nasceu tardiamente", precisamente por volta do século XX.

Seu papel na incumbência de ações sociais emergiu a partir dos anos de 1950 e 1960, impulsionada pelos movimentos sociais. Um dos destaques nesse processo foi a ação desenvolvida por Paulo Freire, que deu origem ao Serviço de Extensão Cultural, localizado na Universidade do Recife, bem como outros movimentos em resposta ao período de 1964. Para o Forproex (2012), a Extensão Universitária é "uma via de mão-dupla entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam" (Gadotti, 2017, p. 2). Desse modo, a universidade configura-se como um ator relevante nos ecossistemas de inovação social, sobretudo por meio do desenvolvimento de ações extensionistas voltadas às demandas sociais. Embora o conceito de ecossistema de inovação social ainda esteja em consolidação no campo científico, sua discussão tem ampliado a compreensão da inovação social no ambiente acadêmico, especialmente no que se refere à forma como essas iniciativas emergem, são implementadas e reproduzidas em diferentes contextos sociais.

Compondo a reflexão encontramos em Domanski *et al.*, que: [...] a ideia de um ecossistema de inovação social ajuda a superar uma abordagem estritamente centrada no ator e a forte concentração no empreendedor social como agente-chave da mudança. A visão sobre o ambiente em que as inovações sociais são introduzidas abre a perspectiva para diferentes dimensões (Domanski *et al.*, 2020, p. 464, tradução nossa). A partir de Pel *et al*. (2017), o conceito de ecossistema é apresentado como coprodução em rede e um modo favorável de fomentar a inovação social bem como estruturas de suporte às empresas ou para ecossistemas empresariais. O conceito é descrito por estratégias de governos e patrocinadores para elaborar técnicas para dar origem à inovação social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de compreender de que maneira a Universidade Federal de Santa Catarina promove a inovação social por meio da extensão universitária, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso instrumental como estratégia metodológica (Stake, 2000). Para possibilitar uma análise aprofundada dos mecanismos institucionais e das percepções dos atores envolvidos, foram utilizados dados primários e secundários, buscando garantir maior consistência, confiabilidade e rigor ao estudo.

Entre os dados primários, foram realizadas observações não participantes em eventos institucionais, como o 53º Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), uma audiência pública da PróReitoria de Extensão (PROEX), uma reunião do Departamento de Inovação (SINOVA) e atividades da 21ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX). Também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com sete coordenadores de ações de extensão com foco em inovação social. Essas ações foram levantadas no Catálogo de Extensão da PROEX (edição de 2023) e nos editais da SINOVA 009/2022 e 003/2024.

Portanto, para que uma ação fosse classificada de inovação social, definimos que era necessário atender, pelo menos, três características descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios utilizados para a classificação de ações extensionistas como iniciativas de inovação social

Critérios	Descrição	Autores de referência
Demanda não	A ação propõe soluções inéditas	Taylor (1970); Mulgan (2006); Cloutier (2003);

Critérios	Descrição	Autores de referência
atendida	voltadas ao atendimento de demandas sociais não contempladas por outras esferas.	Murray *et al.* (2010); Moulaert e Maccallum (2019).
Emancipação	A ação busca promover a emancipação e o fortalecimento da autonomia dos indivíduos envolvidos.	Shockley (2015); Moulaert (2005); Montgomery (2016); Unger (2015); Cloutier (2003).
Cocriação	A ação incorpora mecanismos de participação, colaboração e construção coletiva no enfrentamento de problemas sociais.	Ayob *et al.* (2016); Moulaert e Ailenei (2005); Moulaert e Maccallum (2019); Montgomery (2016); Cloutier (2003); Andion (2023); Bignetti (2011); Taylor (1970); Andion (2017).
Transformação	A ação busca transformar as dinâmicas e estruturas que originam os problemas sociais enfrentados.	Unger (2015); Moulaert e Maccallum (2019); Ayob *et al.* (2016); Mdleleni (2022).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base nos critérios do Quadro 1, foram identificados 14 projetos dos quais sete foram analisados: (1) Direito à Cidade para Imigrantes e Refugiados na Grande Florianópolis: Integração aos serviços públicos e de lazer; (2) Saneamento ambiental em aldeias indígenas de Santa Catarina; (3) Empreendedorismo econômico-social: Possibilidades de candidatura de projetos sociais e editais de financiamento; (4) Direito e equidade: Formação à comunidade; (5) Fortalecendo a Economia Solidária no Distrito do Pântano do Sul (Florianópolis) mediante ao estímulo de empreendedorismo e inovação social; (6) Enactus (Projeto Tecendo Histórias); e (7) Antonieta de Barros: a educação empreendedora e seu poder para revolucionar a vida das mulheres.

Os coordenadores desses projetos foram entrevistados de forma presencial ou on-line, em diálogos com duração média de 60 minutos. Na análise dos dados estes são referenciados como C1, C2, C3, C4, C5, C6 e C7. As categorias que orientaram o roteiro da entrevista estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias analíticas utilizadas na condução das entrevistas semiestruturadas

Categorias	Definição
Tramitação	Percepção dos coordenadores sobre o grau de complexidade ou facilidade dos processos internos relacionados ao registro e fluxo das ações de extensão.
Infraestrutura	Percepção dos coordenadores acerca do acesso e da disponibilidade de recursos materiais necessários à execução das ações, como espaço físico, transporte, materiais e equipamentos.
Financiamento	Percepção dos coordenadores quanto à disponibilidade e suficiência de recursos financeiros destinados às atividades de extensão, incluindo editais, bolsas, custeio e apoio a eventos.
Reconhecimento	Percepção dos coordenadores sobre as práticas institucionais de valorização, divulgação e incentivo à realização das ações extensionistas.
Rede	Percepção dos coordenadores em relação à existência de espaços de debate, troca de experiências e articulação entre ações semelhantes desenvolvidas na universidade.
Política Institucional	Percepção dos coordenadores acerca das diretrizes institucionais da universidade voltadas ao enfrentamento de problemas sociais, ao alinhamento institucional e à participação ativa da UFSC em questões sociais.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No que se refere aos dados secundários, foram analisados documentos institucionais, tais como resoluções, legislações, regimento interno da PROEX, cartilha de perguntas e respostas da Pró-Reitoria de Extensão, além de editais, documentos da SINOVA e o Catálogo de Extensão da PROEX. Também foram utilizados registros disponíveis no SIGPEX, com o objetivo de complementar as informações referentes aos projetos selecionados. Após a etapa de coleta, os dados foram examinados por meio da Análise Temática (Flick, 2009), considerando as seguintes categorias de análise: tramitação, infraestrutura, financiamento, reconhecimento, rede e política institucional.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para contextualizar a análise dos resultados, apresenta-se brevemente a estrutura da extensão universitária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A extensão é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), responsável por fortalecer e consolidar o papel social da universidade, em alinhamento com a Política Nacional de Extensão Universitária e as diretrizes do FORPROEX. Na UFSC, as ações extensionistas seguem um fluxo específico no SIGPEX, que compreende o cadastro da ação pelo coordenador, a análise e aprovação pelo departamento, a execução das atividades e o envio do relatório final.

O financiamento dessas ações pode ocorrer por meio de editais institucionais, como SINOVA e PROBOLSAS, além de convênios, recursos federais e recursos próprios. Atualmente, a PROEX também trabalha na elaboração das ações estratégicas para a extensão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029, buscando alinhar as atividades às necessidades da sociedade. A partir da análise dos dados coletados, esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa, organizados em seis temas: tramitação, infraestrutura, financiamento, reconhecimento, rede e política institucional. Esses temas permitiram compreender como a Universidade Federal de Santa Catarina fomenta a inovação social.

A análise buscou identificar desafios e potencialidades presentes na experiência dos entrevistados, revelando tensões institucionais, iniciativas promissoras e lacunas que impactam a consolidação da extensão como vetor de transformação social.

Tramitação

O intuito da investigação da categoria tramitação foi compreender a percepção dos coordenadores sobre os procedimentos internos relacionados à formalização das ações de extensão, especialmente no que se refere ao nível de complexidade do processo e ao suporte institucional recebido. Cabe frisar que, na UFSC, todas as ações de extensão devem seguir, no mínimo, as seguintes etapas: (1) cadastro da ação no SIGPEX pelo coordenador do projeto; (2) aprovação pelo colegiado do departamento; (3) execução da ação, caso aprovada; e (4) elaboração do relatório final para apreciação e validação do departamento.

Esse fluxo tem como objetivo legitimar, acompanhar e dar visibilidade às atividades extensionistas desenvolvidas pela universidade em sua relação com a sociedade. Ressalta-se que todas as ações registradas no sistema possuem caráter público. De maneira geral, os coordenadores consideram o processo de registro no SIGPEX relativamente simples. Entretanto, quando as ações envolvem recursos financeiros, os trâmites passam a ser percebidos como mais burocráticos, o que pode dificultar ou até comprometer a execução de iniciativas que demandam maior agilidade. Outro ponto levantado pelos coordenadores foi que o registro no SIGPEX não expressa com fidelidade à complexidade ou a natureza das ações desenvolvidas. Por se tratar de um formulário padronizado, o sistema não contempla

campos específicos para detalhamento de projetos voltados à inovação social, limitando a descrição das iniciativas. Na prática, isso dificulta o controle e a sistematização das ações realizadas, conforme evidenciado pela dificuldade enfrentada neste estudo para mapear as ações de inovação social via SIGPEX.

Quanto ao suporte institucional oferecido durante o processo de tramitação, a percepção predominante foi positiva. Entretanto, o C3, C4, C6 e C7 destacaram como desafio a ausência de orientações claras sobre a quem recorrer em caso de dificuldades específicas no trâmite das ações. Essa lacuna evidencia a necessidade de maior clareza nos canais de comunicação institucional, de modo a qualificar o suporte à tramitação das ações extensionistas.

Infraestrutura

A análise da categoria infraestrutura teve como objetivo compreender a percepção dos coordenadores acerca do acesso e da disponibilidade de recursos oferecidos pela universidade, como espaços físicos, transporte e equipamentos. Entre os aspectos mencionados, o transporte foi o ponto mais recorrente nas falas dos entrevistados, especialmente em relação às saídas de campo, consideradas fundamentais para o desenvolvimento das ações de inovação social. Segundo os coordenadores, as solicitações de transporte frequentemente são atendidas apenas parcialmente ou até mesmo recusadas, comprometendo a realização das atividades. Diante disso, professores e estudantes acabam, muitas vezes, assumindo os custos dos deslocamentos ou buscando alternativas informais para viabilizar as ações.

A percepção predominante é de que a universidade atua com lentidão e pouca flexibilidade, transferindo ao coordenador a responsabilidade integral pela viabilização logística da ação o que afeta o potencial transformador da extensão. O C3 relata que utilizou seu próprio veículo para transportar materiais doados, enquanto o C4 menciona que, em certas saídas de campo os alunos arcaram com seus custos de deslocamento. O C6 mencionou solicitações de transporte não atendidas no dia e horário previstos, e o C1 apontou dificuldades específicas para conseguir transporte em ações realizadas no período noturno.

Esses relatos revelam um padrão de imprevisibilidade e morosidade institucional. Além do transporte, a infraestrutura física foi tema de avaliação pelos entrevistados. Em geral, quando o público envolvido é reduzido, como apontado por C1 e C5, não houve dificuldade em relação ao uso dos espaços da universidade. Quanto aos materiais e equipamentos, a universidade parece atender às demandas de forma parcial. O C3 reconhece a existência de patrimônio disponível, mas relata que, em seu caso, foi necessário realizar uma vaquinha com redes pessoais para consertar equipamentos disponibilizados pela universidade.

A dificuldade também se estende a demandas básicas: o C2 menciona o caso de uma solicitação de café para um pequeno evento, que acabou sendo atendida com uma estrutura desproporcional, típica de eventos institucionais maiores. Tais episódios reforçam a ideia de que, muitas vezes, a universidade opera de forma pouco responsiva ou “pesada”, mesmo diante de demandas simples. Em síntese, a percepção dos entrevistados aponta que a morosidade e a rigidez dos processos institucionais são entraves recorrentes.

A falta de agilidade no atendimento a necessidades básicas compromete a execução das ações e, consequentemente, o fomento à inovação social. Quando o suporte da universidade é parcial ou ausente, a responsabilidade recai sobre os coordenadores, que, mesmo motivados, enfrentam desafios estruturais para concretizar suas propostas.

Financiamento

A terceira categoria analisada refere-se ao financiamento das ações de extensão com foco em inovação social, considerando o volume e a suficiência dos recursos disponibilizados pela universidade. Os recursos destinados às ações de extensão incluem bolsas, editais, apoio a eventos e custeio de materiais, entre outros. Nos relatos dos entrevistados, destacou-se principalmente a importância das bolsas concedidas aos estudantes, consideradas fundamentais para a realização das ações extensionistas. De maneira geral, os coordenadores avaliam que os valores oferecidos são insuficientes e pouco atrativos, o que acaba influenciando negativamente o interesse e a participação dos discentes nas atividades.

Para o C1, essa limitação desestimula a participação em editais. Já o C4 aponta que muitos estudantes optam por estágios não obrigatórios, que oferecem melhor remuneração. O C5 destaca outro obstáculo: os critérios que impedem o acúmulo de bolsas e a vinculação empregatícia, dificultando encontrar discentes interessados. Como as ações em inovação social muitas vezes envolvem saídas de campo e interação com territórios, a presença dos estudantes é fundamental para garantir o caráter formativo da experiência, o que se torna inviável sem apoio institucional adequado.

Além das bolsas, os coordenadores destacaram a carência de recursos para itens básicos do cotidiano das ações, como materiais de escritório ou alimentação para os participantes. O C1 relata a dificuldade em oferecer um café aos integrantes de sua ação, muitos dos quais chegavam à universidade sem ter se alimentado. Situação semelhante é descrita por C3, C4 e C5, cujos projetos envolviam atividades de longa duração em comunidades vulneráveis, sem que houvesse apoio logístico ou financeiro para suprir necessidades mínimas, como comprar garrafas de água e aquisição de materiais simples.

Outro aspecto frequentemente mencionado refere-se à ausência de apoio institucional para a captação de recursos externos. Segundo os entrevistados, a universidade pouco incentiva ou facilita a construção de parcerias capazes de complementar o financiamento das ações extensionistas. Essa distância entre as demandas práticas dos projetos e o suporte financeiro disponibilizado pela instituição é percebida como um dos principais obstáculos à continuidade e ao alcance das iniciativas de inovação social. Além das restrições orçamentárias, os coordenadores também destacaram a falta de clareza sobre os procedimentos e canais institucionais para solicitação de apoio financeiro. Para C3 e C6 é relativamente simples entender como acessar recursos para pesquisa, mas quando se trata de recursos para extensão, esse percurso se torna nebuloso.

Reconhecimento

Esse tema refere-se à percepção dos coordenadores quanto ao valor que a universidade, seus pares e os estudantes atribuem às ações de extensão. De modo geral, os entrevistados apontam que o reconhecimento institucional é limitado. O C1 menciona que apenas o Departamento de Inovação da UFSC (SINOVA) tem se mostrado ativo nesse aspecto. Os demais setores da universidade, segundo os relatos, não demonstram iniciativas sistemáticas de valorização. O C2 afirma que o foco da universidade está na produção científica, e que as ações de extensão são pouco reconhecidas.

A mesma percepção é compartilhada pelo C3, que observa que as publicações em periódicos de alto impacto geram mais reconhecimento entre os pares do que projetos de extensão desenvolvidos em comunidades, ainda que de alto impacto social. Os coordenadores relatam que, ao levar o nome da universidade para fora dos muros institucionais, esperam, ao menos, reconhecimento institucional.

No entanto, esse retorno raramente acontece. Na ausência de uma política clara de valorização, a visibilidade das ações de extensão depende, em grande parte, do esforço individual dos coordenadores. Em muitos casos, a ação só é reconhecida se for divulgada proativamente ou se algum colega tomar conhecimento por acaso. O C4, por exemplo, relata nunca ter recebido qualquer tipo de retorno da universidade, nem mesmo um e-mail institucional para avaliar sua ação, verificar dificuldades ou acompanhar o andamento do projeto.

O C6 destaca a resistência por parte dos pares em relação à extensão universitária. Para manter sua ação ativa, é preciso enfrentar obstáculos não apenas estruturais, mas também simbólicos, como a desvalorização da extensão frente à pesquisa. Segundo o C3 e C7, essa falta de reconhecimento não é exclusiva da gestão atual, mas representa uma tendência histórica na universidade. Os investimentos e o prestígio seguem concentrados na pesquisa, enquanto a extensão permanece marginalizada.

Apesar disso, ele enfatiza o papel fundamental da extensão no trabalho com comunidades em situação de vulnerabilidade e observa que são os alunos os principais entusiastas e valorizadores dessas experiências. Outro ponto mencionado é a falta de clareza conceitual sobre o que é extensão. Mesmo com definições explícitas em resoluções institucionais, o entendimento permanece confuso entre os docentes. De acordo com o C2, “a valorização do professor está na pesquisa e publicação”, o que leva alguns docentes a proporem “qualquer coisa” como extensão, sem compromisso com sua dimensão social. O C3 reforça que projetos voltados a demandas sociais são especialmente desvalorizados dentro da lógica institucional vigente.

Rede

No tema rede, emergiu a percepção dos coordenadores sobre a atuação da universidade na promoção de espaços de debate, troca de experiências e conexões internas entre projetos de extensão. O objetivo foi identificar se existem mecanismos institucionais que favoreçam o conhecimento e a articulação entre as ações desenvolvidas por diferentes departamentos da UFSC. De forma recorrente, os entrevistados relataram a ausência de uma rede de compartilhamento sistematizada. O C1 afirma desconhecer outras ações que dialoguem com a sua e aponta que a universidade poderia desempenhar um papel mais ativo no fomento dessas conexões.

Ele lembra que houve uma tentativa de formar uma rede de professores extensionistas da UFSC, mas a proposta não prosperou devido à sobrecarga de trabalho dos docentes. Segundo o C1 e C5, os professores não dispõem de tempo suficiente para assumir mais uma atividade sem apoio institucional. Na mesma linha, o C2 e C6 destacam que não há comunicação entre os projetos, o que leva à realização de ações independentes e desconectadas. Afirma, inclusive, que desconhece iniciativas de extensão conduzidas por colegas do próprio departamento.

Quando toma conhecimento de outras ações, isso ocorre de forma indireta, geralmente por meio dos estudantes que participam de múltiplos projetos. Essa percepção também é compartilhada pelo C3, que caracteriza a dinâmica como o trabalho em “ilhas”, onde cada docente atua isoladamente, dificultando a construção de redes colaborativas. Para ele, faltam espaços institucionais que incentivem o diálogo entre os coordenadores. Houve ainda a tentativa de abertura de uma chamada interna por parte de um departamento para estimular a criação de uma rede, mas não houve adesão.

Segundo o relato, esse tipo de iniciativa deveria partir da Pró-Reitoria de Extensão, como forma de institucionalizar a cultura da cooperação entre projetos. Com base nos relatos, observa-se que a universidade ainda não promove de forma sistemática o compartilhamento de ações com foco em inovação social, o que contribui para o isolamento dos coordenadores.

Política Institucional

O último tema, política institucional, buscou evidenciar a percepção dos coordenadores de ações de extensão sobre as diretrizes da universidade voltadas ao enfrentamento de problemas sociais, o grau de alinhamento institucional, a presença da UFSC em questões sociais e se a inovação social é reconhecida como parte de sua política institucional. De forma geral, os entrevistados indicam que a universidade ainda carece de uma política clara e estruturada voltada à inovação social.

Para o C1, seria necessário fomentar mais atividades com foco no social, com políticas específicas direcionadas a essa finalidade. O C2 aponta uma dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, observando um grande distanciamento entre o que está previsto nos documentos institucionais e a prática cotidiana. Para ele, a valorização excessiva da publicação acadêmica obscurece a relevância de ações com impacto social concreto. Afirma que, quando uma pesquisa é aplicada em um contexto real, com envolvimento comunitário, ela se torna extensão e deveria, por isso, ser amplamente reconhecida.

A ausência de diretrizes claras também foi apontada pelo C3, que afirma não identificar alinhamento entre a universidade e as demandas sociais urgentes. Ressalta que a UFSC deveria atuar de forma mais proativa na promoção da inovação social, especialmente diante de seu papel enquanto instituição pública. O C5 reconhece mudanças na política de extensão, mas observa que, no que diz respeito à inovação social, não há uma política definida. Enfatiza ainda que tais políticas não devem ser confundidas com assistencialismo. O C6 reforça essa percepção de ambiguidade, relatando que as políticas de incentivo são pouco claras e muitas vezes sobrepostas a outras diretrizes.

Já o C7 destaca que a UFSC, enquanto universidade pública deveria estar mais presente nas questões sociais, independentemente da terminologia utilizada, seja inovação social, tecnologias sociais ou empreendedorismo social. No que se refere à formulação das ações, os relatos revelam que a maioria dos projetos foram concebidos a partir da experiência pessoal dos coordenadores, de demandas sociais específicas ou da resposta a editais, sem respaldo em uma diretriz institucional mais ampla.

O C3, por exemplo, relata que sua ação surgiu de uma demanda já observada em seu campo de atuação. O mesmo ocorre com C5, C6 e C7, que afirmam ter estruturado suas ações com base em problemas concretos enfrentados por comunidades, e não a partir de orientações da universidade. Conforme aponta C6, se existe uma diretriz nesse sentido, ela não se apresenta de forma visível ou acessível. Tal ausência compromete o potencial de impacto das ações, dificulta a articulação entre projetos e pode levar à descontinuidade das iniciativas, à redundância de esforços e a falta de otimização de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou de que forma a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) fomenta a inovação social por meio da extensão universitária. A pesquisa partiu do entendimento de que as universidades públicas ocupam posição estratégica nos ecossistemas

de inovação social, não apenas enquanto produtoras de conhecimento científico, mas também como instituições capazes de promover articulações sociais, fortalecer processos participativos e contribuir para a construção de respostas voltadas aos desafios coletivos contemporâneos. Nesse sentido, a extensão universitária revelou-se um importante instrumento de aproximação entre universidade e sociedade, possibilitando a integração entre saberes acadêmicos e demandas sociais concretas.

A partir da análise das percepções dos coordenadores entrevistados, observou-se que a UFSC desenvolve iniciativas extensionistas com relevante potencial transformador, especialmente por meio de ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade social, processos de formação comunitária, economia solidária, direitos humanos e fortalecimento de territórios. Essas experiências evidenciam o compromisso de parte da comunidade acadêmica com práticas voltadas à transformação social e demonstram a capacidade da extensão universitária de atuar como espaço de produção coletiva de conhecimento e inovação social.

Entretanto, os resultados também revelaram importantes fragilidades institucionais que limitam o fortalecimento dessas iniciativas. No que se refere à tramitação das ações extensionistas, embora o SIGPEX seja percebido como relativamente acessível para o registro das atividades, os entrevistados apontaram limitações relacionadas à burocracia e à incapacidade do sistema de representar adequadamente a complexidade das ações de inovação social. A ausência de campos específicos e a padronização dos formulários dificultam o reconhecimento institucional dessas iniciativas e comprometem sua sistematização e visibilidade dentro da universidade.

Em relação à infraestrutura, foram identificadas dificuldades recorrentes associadas ao acesso a transporte, materiais, equipamentos e espaços físicos. Os relatos indicam que a universidade atua de forma lenta e pouco flexível diante das demandas práticas das ações extensionistas, especialmente aquelas que exigem deslocamentos e atuação em territórios externos. Em muitos casos, os próprios coordenadores e estudantes acabam assumindo custos financeiros ou recorrendo a redes pessoais para garantir a continuidade das atividades. Tal cenário evidencia a existência de limitações estruturais que impactam diretamente a capacidade de execução e sustentabilidade das ações de inovação social.

No campo do financiamento, os entrevistados destacaram a insuficiência dos recursos destinados à extensão universitária, sobretudo no que diz respeito às bolsas estudantis e ao custeio de atividades básicas. As bolsas foram consideradas pouco atrativas, o que reduz o interesse e a permanência dos estudantes nas ações extensionistas. Além disso, observou-se falta de clareza sobre os caminhos institucionais para solicitação de apoio financeiro e ausência de incentivo à captação de recursos externos e parcerias institucionais. Esses fatores acabam dificultando a continuidade dos projetos e ampliando a dependência do esforço individual dos coordenadores.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento institucional da extensão universitária. Os relatos demonstraram que, apesar de sua relevância social, a extensão ainda ocupa posição secundária frente à pesquisa na cultura acadêmica da universidade. Os coordenadores apontaram a ausência de políticas efetivas de valorização das ações extensionistas e destacaram que o reconhecimento institucional continua fortemente associado à produtividade científica e às publicações acadêmicas. Essa lógica contribui para a invisibilidade de ações de forte impacto social e reforça a marginalização histórica da extensão dentro da universidade.

Também foi identificada fragilidade na construção de redes institucionais de compartilhamento e cooperação entre projetos extensionistas. As ações ocorrem, em grande medida, de forma isolada, sem mecanismos sistemáticos de articulação entre docentes,

departamentos e iniciativas semelhantes. A ausência de espaços institucionais voltados à troca de experiências e à construção coletiva limita o potencial colaborativo das ações e dificulta a consolidação de uma cultura universitária voltada à inovação social.

No âmbito da política institucional, os resultados indicam que a inovação social ainda não se apresenta de forma estruturada nas diretrizes da universidade. As ações analisadas surgem a partir da iniciativa individual dos coordenadores e de demandas identificadas nos territórios, e não como resultado de uma política institucional clara e articulada. Essa ausência de direcionamento estratégico compromete a consolidação da universidade como organização de suporte à inovação social e limita o alcance das ações extensionistas enquanto política pública universitária.

Dessa forma, os achados sugerem que, embora a UFSC possua experiências relevantes e iniciativas com significativo potencial de transformação social, o fomento à inovação social ainda ocorre de maneira fragmentada e fortemente dependente do engajamento pessoal de docentes e estudantes. A universidade demonstra potencial para atuar como agente estratégico nos ecossistemas de inovação social, porém ainda enfrenta desafios estruturais, culturais e institucionais que dificultam a consolidação desse papel.

A principal contribuição deste estudo consiste em oferecer uma análise empírica sistematizada sobre os desafios enfrentados por coordenadores de ações extensionistas voltadas à inovação social, ampliando a compreensão acerca dos limites e potencialidades da atuação universitária nesse campo. Ao dialogar com a literatura sobre inovação social e ecossistemas de inovação social, a pesquisa reforça a importância das universidades públicas enquanto espaços de transformação social, desde que sustentadas por políticas institucionais mais claras, financiamento adequado, valorização da extensão universitária e fortalecimento de redes colaborativas.

Por fim, reconhece-se como limitação o fato de a pesquisa ter sido realizada em uma única universidade e com um número restrito de participantes. Nesse sentido, estudos futuros podem ampliar a investigação para outras instituições de ensino superior, promovendo análises comparativas e aprofundando a compreensão sobre as condições organizacionais, políticas e institucionais que favorecem ou dificultam a atuação das universidades nos ecossistemas de inovação social.

REFERÊNCIAS

Andion, C., et al. (2016). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública, 51,* 369–387.

Andion, C., et al. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública, 51,* 369–387.

Andion, C. (2023). Social innovation, experimentalism, and public governance: An ethnographical approach to study public arenas in the city. *BAR-Brazilian Administration Review, 20,* e220124.

Ayob, N., Teasdale, S., & Fagan, K. (2016). How social innovation 'came to be': Tracing the evolution of a contested concept. *Journal of Social Policy, 45*(4), 635–653.

Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos, 47*(1), 3–14.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2018). *Política Nacional de Extensão Universitária e as diretrizes do FORPROEX* (Parecer nº 608/2018). Brasília: Ministério da Educação.

Cloutier, J. (2003). *Qu'est-ce que l'innovation sociale?* Montréal: Crises.

De Carvalho Roschel, D. M., Kuerten de Salles, H., & Ribeiro de Barcellos, R. de M. (2024). Perspectives of social innovation disseminated by support organizations: Implications for the ecosystem. *Revista de Ciências da Administração*, *26*(66).

Domanski, D., Howaldt, J., & Kaletka, C. (2020). A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context: On the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. *European Planning Studies*, *28*(3), 454–474.

Flick, U. (2023). *Introdução à pesquisa qualitativa* (5ª ed.). Penso.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, AM. Recuperado de http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em: 26 de set. 2024.

Gadotti, M. (2017). Extensão universitária: para quê. *Instituto Paulo Freire*, *15*(1–18), 1. Pel, B., Bauler, T., & Avelino, F. (2017). Editorial synthesis: Methodological challenges in social innovation research.

Mdleleni, L. (2022). University as a vehicle to achieve social innovation and development: Repositioning the role of the university in the society. *Social Enterprise Journal*, *18*(1), 121–139.

Montgomery, T. (2016). Are social innovation paradigms incommensurable? *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *27*, 1979–2000.

Moulaert, F., & Ailenei, O. (2005). Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban Studies*, *42*(11), 2037–2053.

Moulaert, F., & MacCallum, D. (2019). *Advanced introduction to social innovation*. Edward Elgar Publishing.

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2006). The process of social innovation. *Innovations*, *1*(2), 145–162.

Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. London: Nesta.

Pel, B., Avelino, F., Bauler, T., et al. (2017). Detecting social innovation agency: Methodological reflections on units of analysis in dispersed transformation processes. *European Public & Social Innovation Review*, *2*(1), 110–126.

Shockley, G. (2015). [Review of the book *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, edited by F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, & A. Hamdouch]. *Journal of Regional Science*, *55*(1), 152–154Stake, R. E. (2000). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 435–454). Sage.

Taylor, J. B. (1970). Introducing social innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, *6*(1), 69–77.

Tom, M. (2016). Are social innovation paradigms incommensurable? *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *27*, 1979–2000.

Unger, R. M. (2015). Conclusion: The task of the social innovation movement. In *New frontiers in social innovation research* (pp. 233–251).

Universidade Federal de Santa Catarina. (2024). *Editais encerrados*. Recuperado de https://sinova.sites.ufsc.br/editais-encerrados/.

Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Extensão. (2023). *Catálogo de extensão* [recurso eletrônico] / [Suzana Kilpp da Silva, organizadora; projeto gráfico, Maria Eduarda da Cruz, Mariana Piccolo Estevão]. UFSC / PROEX. Recuperado de https://proex.ufsc.br/2023/12/27/catalogo-de-extensao-2023